

Ascensão – e queda? – do capitalismo neoliberal

*Eleutério F. Prado*¹

“*Ascensão e queda do capitalismo neoliberal*” é o verdadeiro título do livro de David M. Kotz que aqui se resenha – em inglês: *The rise and fall of neoliberal capitalism*, Harvard University Press, 2017 (270 páginas). Antes de tudo, é preciso dizer que esse autor escreve de uma perspectiva teórica que visa compreender o capitalismo em processo de mudança e que se autodenomina de abordagem da “estrutura social da acumulação” (ESA). Como tal, essa teoria põe ênfase no que denomina “estrutura institucional” supondo sempre que esta estrutura marca e demarca o sistema econômico real na temporalidade histórica; para ela, a história do capitalismo está caracterizada por uma sucessão de configurações institucionais que visam sempre criar as condições para que o sistema gere lucros de modo socialmente estável – isto é, estabilizando os conflitos de classes e expandindo sempre mais os mercados – com a finalidade constante de promover o processo de acumulação de capital.

A suposição de fundo dessa perspectiva consiste na afirmação de que cada estrutura social de acumulação (ESA) vem a ser, inicialmente, bem-sucedida na realização de sua finalidade precípua, ou seja, manter alta a lucratividade, mas, com o passar do tempo, após mais de uma década em geral, ela própria se torna um obstáculo para que o sistema evolua por meio de uma adequada acumulação de capital. Nesse momento, segundo os autores dessa corrente de pensamento econômico, ela entra em crise estrutural, a qual somente é superada com a formação de uma nova estrutura social de acumulação. “Essa abordagem teórica não explica por si mesma porque uma forma particular de capitalismo chega à crise severa em certo momento e lugar, mas apenas provê um arcabouço para investigar as raízes da crise” (Kotz, 2017, p. 3).

É importante tomar ciência, agora, como esse autor define o capitalismo. Veja-se que o compreende por meio de suas formas aparentes: trata-se, para ele, de um sistema de produção baseado “na propriedade/controlado das empresas por certa parte da população, os capitalistas, que empregam recebedores de salários para produzir produtos para a venda nos mercados, com o objetivo de obter lucros” (idem, p. 3). Ora, essa visada não apreende o fundamento “valor”, não toma o capital como “valor que se valoriza” e “sujeito automático”, não perscruta o caráter dos produtos do trabalho por meio das categorias da alienação e do fetichismo – características estas que são intrínsecas ao capitalismo segundo Marx.

Com o próprio título do livro já indica, Kotz quer investigar aí, sob a perspectiva da ESA, como e porque o neoliberalismo ascendeu na história do capitalismo, concentrando-se, note-se, no evoluir do capitalismo nos Estados Unidos da América do Norte. Em complemento, ele deseja averiguar também como e porque ele chegou à crise estrutural de 2008, tendo experimentado desde então apenas uma lenta e frágil

¹ Professor titular aposentado da FEA/USP. Correio eletrônico: eleuter@usp.br. Blog na internet: <https://eleuterioprado.blog/>.

recuperação. No entanto, a sua ambição teórica não se resume a compreender o passado e o presente; pretende também lançar luz sobre o futuro.

Kotz apresenta o seu livro afirmando que a crise iniciada em 2008 não pode ser encarada como mais uma recessão ou como uma mera crise financeira. Segundo ele, trata-se de “crise estrutural” porque ela não pode ser superada seja pelo movimento próprio do sistema seja por mudanças da política econômica; eis que ela não pode ser vencida mantendo a estrutura institucional trazida do passado. Ela apenas poderá ser suplantada por meio da criação de uma “nova” estrutura social de acumulação.

Ao final do livro, por isso, seguindo a lógica sequencial das estruturas institucionais de acumulação, Kotz tenta descobrir também quais poderiam ser os caminhos futuros desse sistema de produção movido pelo lucro. Tais caminhos são pensados sob alguns requisitos básicos: as novas instituições emergentes têm de ser capazes de recuperar a taxa de lucro dos investimentos, de estabilizar os conflitos entre as classes sociais e de encontrar os meios para expandir os mercados. Ademais, a nova estrutura possível tem de redefinir o modo pelo qual o Estado regula/desregula o sistema econômico.

Depois de apresentar as metas do livro na Introdução, no capítulo 2, o autor procura responder à pergunta “O que é neoliberalismo?”. Na resposta, como era de se esperar, ele o define pelas características das instituições que o conformam. Comparando com a ESA anterior (em vigor entre 1945 e 1980), que denomina de “capitalismo regulado” e na qual havia supostamente um compromisso de classe entre capitalistas e trabalhadores, a ESA neoliberal (em vigor após 1980 e em crise após 2008) é marcada pela supremacia explícita do capital em relação ao trabalho.

Eis algumas de suas características: dominância das ideias e teorias pró-mercado; remoção das barreiras ao movimento de bens e serviços, dinheiro e capitais nos mercados internacionais; os governos tendem a desregular os mercados e a privatizar as empresas públicas; a política trabalhista tende enfraquecer os sindicatos, favorecendo a precarização da força de trabalho; o princípio da competição passa a reger o comportamento nas empresas e fora delas, assim como em todos os âmbitos da vida social.

No capítulo 3, Kotz procura mostrar como a crise do capitalismo regulado na década dos anos 1970 – apontado também como de economia mista ou socialdemocrático ou ainda keynesiano – tornou possível a sua substituição pelo capitalismo neoliberal, caracterizado sobretudo por um retorno do “livre-mercado”. Indica, então, como as novas ideias e instituições emergiram para enfrentar a estagflação, a queda da taxa de lucro e a morosidade do crescimento e se tornaram pouco a pouco flagrantes e motivo de inquietação. A mudança, segundo ele, foi possível porque as grandes empresas (*big business*) romperam o pacto que haviam mantido por três décadas com os sindicatos (*organized labor*). E passaram a apoiar as políticas neoliberais, dentre as quais avulta em importância a corrosão sistemática das instituições constitutivas do estado de bem-estar social que haviam sido postas pela ação política na ESA anterior.

No capítulo 4, procura avaliar o desempenho do capitalismo neoliberal comparando o período pós 1980 com o período anterior que se inicia no pós-II Guerra Mundial. Apresenta, primeiro, as expectativas de seus defensores e as coteja com os

resultados realmente alcançados. Também oferece nessa parte do livro certas explicações para as falhas de performance, assim como para os eventuais resultados positivos que o neoliberalismo foi capaz de realizar. Nesse capítulo ainda, ele mostra que as alternâncias entre os partidos democrático e republicano no governo dos Estados Unidos – tal como já havia ocorrido no período de capitalismo regulado – não alteraram substantivamente o teor das políticas implementadas.

A crise de 2008, que não foi apenas financeira, é tratada no capítulo 5. Aí, Kotz busca mostrar que essa crise, para ele, de natureza estrutural, foi engendrada pela crescente desigualdade de renda e riqueza, por grandes bolhas de ativos e pelo comportamento especulativo do setor financeiro. Discute, então, como ela emergiu e como se desenvolveu analisando o comportamento dos setores “real” e financeiro no estágio inicial entre 2007 e 2009. Examina, depois, a resposta da política econômica, a qual no início se conformou até certo ponto a um padrão keynesiano. Entretanto, como a crise se transformou em uma longa recessão, ele quer entender também porque essa política mudou radicalmente após 2009 e se transformou em política de austeridade – que se afigura como anti-keynesiana.

O objetivo final do autor, como já se mencionou, é perscrutar os arcabouços institucionais possíveis e prováveis que poderão surgir no futuro em resposta à presente crise estrutural. Eis que a “teoria da estrutura social de acumulação argumenta que toda crise estrutural é seguida por uma grande reestruturação institucional” (idem, p. 181). Entretanto, como nenhuma teoria é capaz de prever o futuro, ele vai criar quatro cenários possíveis no capítulo final de seu livro. No penúltimo capítulo, que recebeu o número 6, ele procura examinar previamente a história das grandes mudanças institucionais do capitalismo norte-americano em busca de pistas para poder pensar tais caminhos possíveis de sua transformação futura.

Nesse capítulo, a história das instituições econômicas e sociais que moldam a evolução do sistema nos Estados Unidos é dividida em quatro períodos. O primeiro, que se inicia depois da guerra civil americana (1861-1865) vai até a virada do século XIX para o século XX, é tomado como uma época em que prospera a competição sem maiores restrições. Essa “era dourada” ou dos “barões ladrões” é seguida por um período de capitalismo regulado que os historiadores denominam de “era progressiva” e que vai até pouco depois do fim da I Guerra Mundial. Após o término do conflito bélico, inicia-se, segundo Kotz, um novo período em que o capitalismo volta a ser acrisolado por instituições que promovem o “livre mercado”. Iniciando-se aproximadamente em 1920, o sistema experimenta uma onda de financeirização com certas características semelhantes àquelas que se verificaram no período neoliberal. Chamado de “anos vinte rugidores”², trata-se de um período especialmente turbulento que não dura muito já que termina abruptamente com a crise de 1929.

Finalmente, o autor chega ao último capítulo que denomina de “caminhos futuros possíveis”. Em primeiro lugar, assevera que a história econômica dos Estados Unidos justifica plenamente a principal tese da ESA e que se caracteriza por associar grandes crises às grandes mudanças: “O conceito de ‘crise estrutural’ – uma crise que não pode ser resolvida sem que sobrevenha uma grande reestruturação institucional – mostra-se bem relevante; eis que encontra suporte na história” (idem, p. 197). Ora, a

² Tradução tentativa de “roaring twenties”.

próxima grande mudança – segundo ele – deve ocorrer tendo dois requisitos básicos: deve possibilitar a obtenção de bons lucros pelas empresas capitalistas, propiciando uma expansão econômica razoavelmente estável em termos sociais. Dito de outro modo, é preciso que essa mudança seja capaz de amortecer ou estabilizar as relações entre as classes sociais, em especial, a relação central entre o capital e o trabalho assalariado.

É importante mencionar neste ponto que Kotz parece não contemplar a possibilidade de que essa estabilização se mostre inviável nos próximos anos e que, em consequência, o capitalismo passe a enfrentar um período turbulento em que transformações inesperadas e imprevisíveis possam ocorrer. É preciso notar, também, que em seu esquema teórico o complexo das instituições criadas pelos homens (que chama de estruturas institucionais) definem o rumo da história, ainda que nem sempre de forma bem-sucedida; nesse esquema não parece haver lugar para as “leis” de movimento que condicionam o devir histórico e que decorrem da própria estrutura de relações sociais indiretas e, portanto, que não são diretamente acessíveis aos desejos humanos.

De qualquer modo, nessa perspectiva, Kotz “considera quatro possíveis direções de mudança – ou de ausência de mudança – na forma institucional do sistema econômico” (idem, p. 198). A primeira delas – que, aliás, está em contradição com o título de seu livro – contempla a continuação do neoliberalismo desde que este seja modificado para eliminar em parte as causas atualmente presentes que levaram a última crise. A segunda consiste no aparecimento de um capitalismo mais autoritário, regulado e constrangido pelo Estado, o qual poderia provir de uma demanda das grandes empresas por estabilidade.

A terceira faz referência a um verdadeiro retorno: a história observaria a volta de um capitalismo regulado que reporia o compromisso capital-trabalho que vigorara durante três décadas no pós-II Guerra Mundial. A quarta tem um caráter mais utópico, pois examina a possibilidade de que o capitalismo seja substituído por um socialismo democrático. “Das quatro alternativas” – diz ele – “as duas primeiras mantêm uma relação capital-trabalho em que o trabalho é dominado pelo capital; a terceira está definida por um compromisso [mutuamente vantajoso] entre o capital e o trabalho; e a quarta ultrapassaria o sistema econômico baseado na relação capital-trabalho tal como existe atualmente” (idem, p. 198).

Diante dos eventos mais recentes como a insatisfação profunda de grandes camadas de população nos países do centro capitalista, o crescimento dos partidos de extrema direita, a ascensão de governos autoritários com viés nacionalista do tipo xenofóbico, não se pode deixar de considerar que a primeira e a segunda alternativas de Kotz são as mais realistas – ainda que menos desejáveis do ponto de vista da democracia, em particular, de uma democracia radical que dê voz e poder de decisão de fato às camadas mais numerosas da população, em particular, aos trabalhadores em geral. Pois, o capitalismo não abandonará provavelmente as teses e as instituições mais caras ao neoliberalismo, tais como, por exemplo, aquelas que impõe a generalização do princípio da concorrência para todas as esferas da sociedade; ao contrário, ela rebaixará ainda mais a democracia liberal, a qual, como se sabe, tem sido já bem corroída por dentro pelo neoliberalismo.

Vale, pois, retomar o que foi dito na postagem *Marx e Polanyi juntos* do 5 de janeiro de 2019 (blog Economia e Complexidade):

Em virtude da onda dita “populista de direita” – Trump, Brexit etc. – que assola os países ditos desenvolvidos, alguns acreditam que o neoliberalismo está passando por um forte abalo. Não, não está. Na verdade, o que está perdendo a posição de pensamento político hegemônico é o neoliberalismo “progressista” cuja onda se elevou, a partir dos anos 1980, mediante a defesa da desregulação dos mercados local e globalmente, mas sobretudo a promoção da racionalidade competitiva em prol da acumulação de capital. Mantendo a democracia liberal, esse neoliberalismo abriu espaço para os movimentos progressistas que se esmeraram na luta pela igualdade de gênero, sexo, etnia e religião.

Ora, o neoliberalismo “progressista” minou as suas próprias bases sociais e está sendo substituído atualmente pelo neoliberalismo “conservador”³. Em vaga crescente, este “novo” neoliberalismo figura como politicamente iliberal, nacionalista e crítico da globalização. Ele se eleva agora mediante ainda a promoção do “livre mercado” – na verdade, do espraiamento da sociabilidade competitiva para todos os domínios da vida em sociedade – apelando aos valores e temores das classes médias tradicionais que estão revoltadas com um declínio econômico e social produzido pela redução sistemática da proteção social, assim como pela globalização, desindustrialização e financeirização das economias centrais. E essa convergência política tem sido mediada por movimentos de extrema-direita que se caracterizam por propagar a xenofobia, o patriarcado, a misoginia, o etnocentrismo etc.

³ Nem o primeiro neoliberalismo é verdadeiramente progressista nem o neoliberalismo que atualmente avulta é conservador no sentido clássico do termo. Daí o uso de aspas. Na verdade, essa terminologia ainda não está consagrada.